

## Como abastecer uma cidade? Um inventário sobre a água na cidade da Paraíba do Norte no início do século XX

Chyara Charlotte Bezerra Advíncula \*

**Resumo:** Quando pensamos no saneamento básico da capital da Paraíba, imediatamente, o associamos a figura do engenheiro Saturnino de Brito. Este, na década de 1920, projetou e executou o esgotamento sanitário da cidade da Paraíba do Norte. Contudo, a idealização do sistema de abastecimento de água em rede, que completaria o saneamento básico da capital, coube ao engenheiro Miguel Raposo (1910). Brito apenas ampliou o suprimento desse líquido. Pensando nisso, propomos fazer um inventário sobre as formas de fornecimento de água à capital paraibana. Assim, iniciaremos a discussão pelas águas das fontes e dos poços, bem como a sua vendagem de porta em porta. Por fim, falaremos do abastecimento oficial, ou seja, o suprimento em rede idealizado pelo engenheiro Miguel Raposo e sua ampliação pelo engenheiro Saturnino de Brito. Ao propormos este inventário, procuraremos perceber as representações que alguns grupos construíram sobre este elemento natural, bem como as novas sensibilidades gestadas pelo alargamento do seu consumo.

**Palavras-chave:** Água; Representações; Sensibilidades.

**Abstrat:** When we wonder into the basic sanitation from capital from Paraíba, immediately, the associate the figure of the engineer Saturnino de Brito. Este, on decade of 1920, she screened & executioner the debility sanitary from city from Paraíba of the North. All the same, she thinks up of the system of water supply em net, what she'd complete the basic sanitation from capital coube the engineer Michael Raposo (1910). Crushed stone barely enlarged the supply of this liquid. Wondering at, proposing act a part an inventory on the subject of the shapes of fornecimento of water on the capital paraibana. Such, we'll start the discussion by waters from the fountains from the wells, as well as the she sweats sale of door em door. Lastly, we'll speak of the provision official, in other words, the supply em net thinks up at engineer Miguel Raposo she sweats magnification at engineer Saturnino de Brito. The propose este inventory, we'll seek sense the representations which some groups they built on the subject of este element natural, as well as the new sensibilities pregnant at dilatation of your consumption.

**Words-key:** Water ; Representations ; Sensibilities.

Qual o valor da água? Segundo o médico Francisco Simas<sup>1</sup>, ao longo do tempo o uso da água ora esteve relacionada com prescrições terapêuticas (hidroterapia), ora como elemento purificador nos rituais religiosos. Nesse sentido, o mesmo expõe que “[...] os primeiros documentos relativos à história da água, encontramos-os no notável ‘Tratado das Águas, dos Ares e dos Lugares’ de Hipócrates”. Tal tratado recomenda que ao chegar a uma

---

\* Mestre em história (UFPE) e aluna especial do doutorado da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

<sup>1</sup> O médico naturista Francisco Simas publicou cerca de doze artigos intitulados “O valor da água”. Estes artigos fazem um histórico sobre o elemento água para justificar seu uso no tratamento hidroterápico. Cf. SIMAS, Francisco. O valor d’água. *A União*. Paraíba do Norte, nº 05, 09 jan. 1916, p. 2.

localidade a primeira coisa a se fazer é colher informações sobre a natureza das águas que ali se consome. Estuda-se a procedência e suas qualidades para em seguida rejeitar aquelas qualificadas como nocivas, ou seja, as estagnadas e pantanosas. Orientações como estas, certamente, não deixaram de acompanhar aqueles que se aventuravam nas viagens de exploração do mundo antigo, muito menos as viagens do período renascentista. Por meio destas orientações muitos povoados ou mesmo cidades tiveram seu surgimento atrelado aos caminhos das águas. Neste caso, não podemos deixar de citar a cidade de Felipéia Nossa Senhora das Neves<sup>2</sup>, que de acordo com os documentos deixados por Martim Leitão foi erguida em uma “planície com mais de uma légua de extensão, senhora do porto, com excelente água e pedra de cal em abundância”<sup>3</sup>. A escolha da planície foi determinada pela qualidade da água que a circundava, correspondendo assim, às necessidades do momento.

Em 1585, ano da fundação da cidade de Felipéia, a água não havia ascendido ao posto de elemento promotor de limpeza, seu uso na maioria das vezes se resumia à cura de doenças. Em 1462, o médico italiano Miguel Savanarola a recomenda para oftalmia e hemorragia; Cardanus de Paiva, 1575, critica os médicos por não utilizá-la no tratamento da gota; O doutor Hanoch, 1722, desenvolveu um tratamento antifebril com base no uso da água fria; Rhasés e Avicene, médicos árabes, aconselhavam banhos frios, respectivamente, para preservar-se contra a varíola e curar-se de febres ardentes<sup>4</sup>, etc. A prática de tomar banhos gerais ou meio banho era feita sob prescrição médica (médicos naturistas) com a utilização de água fria, pois esta mantinha os poros fechados contra o ar corruptor. Evitava-se banhos quentes por provocar languidez e abertura dos poros. Às vezes usavam-se duchas de água quente e fria ao mesmo tempo, seguida de fricções e uso de cobertores como meio de fazer o paciente suar para eliminar toxinas. Contudo, em tempos de crescente desenvolvimento comercial, industrial e tecnológico das cidades européias, os rios<sup>5</sup> tornaram-se imprestáveis para a prática da hidroterapia e, principalmente, para o consumo cotidiano no preparo dos alimentos, já que a água deveria ser limpa. Tempos de águas raras. As cidades estavam crescendo e transformando o ecossistema para atender às suas necessidades materiais. Estávamos no início da idade moderna<sup>6</sup>.

As cidades européias que nasceram circunscritas por espaços hídricos, a exemplo de

---

<sup>2</sup> Atual João Pessoa.

<sup>3</sup> Cf. COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d'água da capital*. In: Revista IHGP, vol. 11, João Pessoa, 1948, p. 61.

<sup>4</sup> Ver os artigos de Francisco Simas publicados no jornal *A União* em 1916.

<sup>5</sup> Daniel Roche cita um poema que fala do rio Sena, o qual já no século XVI se encontrava poluído. Havia a sua margem ateliês de curtidores e tintureiros que lançavam no rio resíduos nocivos e todos que dele fazia uso atiravam todo tipo de lixo às suas águas. (ROCHE, 2000:183-222).

<sup>6</sup> Idem, p. 185.

Paris (Rio Sena) e Londres (Rio Tâmis), mantinham com estes uma relação dúbia, pois ao mesmo tempo em que faziam uso de suas águas para afazeres domésticos, jogavam em seu leito todo refugo nauseante do trabalho diário. Para Daniel Roche, a poluição das águas que circundavam a cidade criava a necessidade de ir buscá-las em locais afastados da zona urbana. Um local que resguardasse suas qualidades. Para este fim, seria necessário criar novos equipamentos técnicos que pudessem trazer para o aglomerado urbano água pura e em quantidade suficiente para suprir a todos. Nesse período os aquedutos romanos já eram bem difundidos na Europa. Todavia, entre 1770 e 1780 os ingleses apresentaram nova forma de adução da água por meio de um sistema de bombeamento, o qual provocou debates ferrenhos por serem aparelhos que careciam de manutenção permanente. Com a implantação de um equipamento moderno, que trouxesse água de longas distâncias e de qualidade para o espaço urbano, o modo de vida iria ser alterado, outras representações iriam ser criadas com relação à água. Era a mão do homem utilizando-se do cultural para transformar e interferir na natureza, com o intuito de adaptá-la às necessidades deste. Uma tarefa que caberia às habilidades técnicas dos engenheiros.

As ações dos engenheiros vieram depois que os médicos dos espaços começaram a ver a água com suspeitas, principalmente, aquelas vindas de áreas pantanosas. Esta desconfiança com relação à água reaparece com a releitura dos ensinamentos de Hipócrates na modernidade e o surgimento do movimento higienista no século XVIII, depois de um longo período de uso das águas dos rios, lagos e lagoas. Como podemos notar novas sensibilidades estavam sendo gestadas com o auxílio das invenções técnicas. Com isso, buscava-se afastar os homens dos espaços corrompidos. Rejeitavam-se as águas estagnadas dos lagos e das lagoas que estivessem envolvidas pelos pântanos. Este tipo de atitude é bem perceptível nos discursos dos administradores do Estado da Parahyba no século XIX, quando a Lagoa dos Irerês<sup>7</sup> passou a ser vista como local de proliferação de miasmas<sup>8</sup>. Anteriormente a este momento, nos informa Maria Cecília F. Almeida, que possivelmente, as águas da lagoa eram utilizadas para os mais variados fins por aqueles que habitavam a cidade no período da ocupação holandesa.

Para essa argumentação, a autora analisa um mapa do tempo em que a capital era designada como cidade de Frederica. O mapa demonstra que alguns caminhos davam acesso aos lagos ou lagoas que ficavam nas imediações do aglomerado. Outros rompiam a mata e atravessavam as planícies indo de encontro às praias a leste da cidade. Ou ainda tornavam

---

<sup>7</sup> Hoje Lagoa do Parque Solon de Lucena.

<sup>8</sup> O que se entendia por miasma? A este respeito Chernoviz diz que “tomando a palavra em sua concepção lata, considera-se sob este título todas as *emanações nocivas*, que corrompem o ar, e atacam o corpo humano[...]” (CHALHOUB, 1996:169).

mais fáceis o contato com o porto natural do rio Sanhauá. Além do mais, a cidade era, e ainda é, cortada por outros rios e/ou riachos que alimenta(va)m o rio Sanhauá e o rio Paraíba. Conforme Maria Cecília F. Almeida, a cartografia dos tempos de Frederica aponta para a probabilidade de que a Lagoa dos Irerês tivesse papel importante no suprimento d'água à capital. Todavia, no século XIX os discursos com relação a estes espaços mudaram, pois os médicos higienistas passaram a fazer duras críticas às suas águas, por acreditarem que estas eram causadoras de diversos males. Este tipo de discurso fazia coro para que a população deixasse de utilizar tais águas. Contudo, tais advertências eram muito mais recorrentes do que possa parecer e fazia eco às discussões provenientes de outras localidades do globo terrestre como veremos por meio de um trecho do livro do médico português Francisco de Mello Franco intitulado “Elementos de higiene” de 1814. Suas palavras demonstram o receio que se tinha naquele momento com relação às águas

*das lagoas, e charcos [pois as mesmas] são turvas, grossas, amareladas, limosas e com cheiro semi-pútrido. Não podem servir para a bebida dos animais; mas os agricultores reputam-nas excelentes para a rega. Nestas águas, em particular no verão, continuamente apodrecem vermes, insetos, e vegetais; e delas exala-se sempre amoníaco, e gás hidrogênio azotado, que parece ser o princípio das febres remittentes, e intermitentes, e das disenterias biliosas, e podres, que reinam nos sítios cobertos de águas encharcadas. (MARTINS, 2008:151).*

O medo do que pudesse ocorrer com aqueles desavisados que persistissem no uso de tais líquidos, provocou uma maior rejeição e fiscalização das localidades que utilizavam águas provenientes de lugares suspeitos. Como exemplo desse tipo de prática, temos a Lagoa dos Irerês da capital paraibana do século XIX, que nas palavras de Cecília Almeida os médicos a via como um espaço “perturbador do quadro sanitário da cidade”. Para uma maior fundamentação de suas argumentações, a mesma cita um trecho da Chorografia da Província da Parahyba do Norte - 1857, escrita pelo tenente-coronel Henrique Beaurepaire, então presidente da província que diz: “em todo o tempo em que estive na Parahyba do Norte, observei que os médicos à encaravam com desgosto, atribuindo aos miasmas que se formavam uma ingerência perniciosa na saúde dos moradores ambientes e quiçá de grande parte da cidade”(ALMEIDA, 2006:161). Estudar e fiscalizar a água, bem como sua composição e decomposição em meadas do século XIX, tinha por meta alcançar o novo sonho proveniente do campo da medicina, qual seja: a conservação da saúde em detrimento à busca da cura das doenças como era defendida pela medicina tradicional. Este tipo de discurso em torno da água tentava fazer com que a população deixasse de usar aquelas derivadas de espaços pantanosos como as lagoas e os charcos, e em contrapartida fizessem maior uso das águas de poços e fontes públicas. Tudo em nome da saúde.

De acordo com o prefeito da capital em 1921, Walfredo Guedes Pereira, a cidade utilizava-se das águas de cinco fontes públicas, as quais, naquele ano, se encontravam em mau estado de conservação. Seguindo a exposição do mesmo prefeito, vejamos algumas informações sobre as fontes públicas: a fonte de Gravatá, que ficava na Rua Maciel Pinheiro, no pátio do antigo Quartel de Polícia (onde hoje é o Mercado de Artesanato) e se encontrava “[...] cheia de lixo, vendo-se, somente, pequena parte de suas muralhas acima do nível do solo[...]”; a Bica dos Milagres no sopé da Ladeira de São Francisco, que estava totalmente inutilizada; a Maria Feia, situada em uma das extremidades da estrada de Mandacaru, que não se prestava a melhoramentos devido o pouco valor de suas águas e a dificuldade de acesso a esta, já que estava localizada em uma ladeira de grande declividade; a Cacimba do Povo, era um tanque de boa água que se situava “[...] no vale que fica a oeste da Rua Dr. Eptácio Pessoa”, ou seja, por trás da Rua das Trincheiras; e a Tambiá, com localização no bairro do mesmo nome, era uma das fontes mais procuradas devido à abundância e qualidade do líquido, a qual, nas palavras de Guedes Pereira, merecia reparo e atenção especial. Esta fonte se destaca por ser alimentada por oito nascentes, que para ser preservada, optou-se pela criação, em 1919, de um Horto Municipal chamado Parque Arruda Câmara.

As fontes, principalmente a de Tambiá, se constituíam como espaços de sensibilidades e/ou sociabilidades que hoje nos pode parecer um tanto quanto estranhas. Um local onde pessoas se reuniam, a princípio, com o objetivo de levar aos lares uma água pura e doce, ou fazer a assepsia corporal. Um espaço de prováveis disputas, no qual se encontravam tanto pessoas pobres que não podiam comprar água em seu domicílio quanto aqueles que a utilizavam para o negócio de vendagem de água pelas ruas ou de porta em porta. A fonte de Tambiá “[...] falada em quase todo Brasil, é de uma água sem rival [...] É uma vertente de grande força e posso dizer sem medo de errar que metade da população da cidade se abastece com sua água”<sup>9</sup>. Sua edificação data de 2 de março de 1782, um ano após a construção da fonte de Gravatá que, possivelmente, foi destruída pelo contínuo agravamento do seu estado sanitário, pois os habitantes passaram a fazê-la de depósito de lixo. Segundo Coelho Filho, as águas eram apanhadas geralmente em potes, barris e/ou ancoretas, as quais eram transportadas ora na cabeça, ora em carroças ou lombo de animais. Neste caso, acrescentamos ainda as palavras de Sant'Anna, sobre os depósitos de água em São Paulo e que, possivelmente, também podem ter existido na Paraíba: “Barris, pipas, filtros de barro, cuias, potes, jarros cocos, baldes [...]”, etc. Constatamos assim que “A variedade de utensílios e materiais

---

<sup>9</sup> Jardim *apud* Coelho Filho; 1948: 61.

utilizados para a coleta, o transporte e o armazenamento da água é um testemunho da riqueza da cultura técnica e material existente no passado...”(SANT'ANNA *apud* BARRETO, 2007). Com isso, vale lembrar como eram as formas de se obter o “precioso líquido”, pois, como se sabe, até o início do século XX a cidade da Parahyba do Norte era desprovida de um serviço de água em rede, cabendo aos “aguadeiros”, mediante pagamento, suprir cotidianamente a cidade. A profissão de “aguadeiro” era antiga, pois segundo Mário Sette, referindo-se à experiência recifense, “[...] muitos libertos de 88 permaneceram servindo as casas não providas ainda de ‘água encanada’[...]” (SETTE, 1948). Tal como no Recife antes do sistema de abastecimento em rede, podemos afirmar que o comércio de água na capital paraibana permaneceu durante a primeira década do século XX sem qualquer alteração. Todavia, quando se termina a execução do projeto de abastecimento de água do engenheiro Miguel Rapozo (1912), a história toma outro rumo.

Antes do sistema em rede a cena mais comum nas ruas da cidade da Parahyba do Norte era: aguadeiros, conduzindo animais, que transportavam água em ancoretas, os quais vendiam o precioso líquido de porta em porta. Um trabalho que, constantemente, era perpassado por angústias e ansiedades, provocadas muitas vezes, pelas longas horas de espera ou demora desse tipo de mercadoria. Qualquer atraso fazia desandar o bom andamento da vida doméstica. Pensando nesta vida cotidiana restrita ao lar nos indagamos sobre a falta de certa mobilidade - serviços parados ou atrasados – durante o período em que a água demorava a chegar. As esperas, supomos, eram quase que intermináveis. Imaginemos assim, o desconforto e as ansiedades que a demora provocava na organização da vida doméstica. Elucubrando um pouco mais, o leitor poderá transpor a barreira do tempo e se pôr em um passado recheado de outras sonoridades, os passos e o relincho dos animais pela rua, ou ainda, os avisos, os códigos e as posturas endereçados aqueles que queriam comprar aquela água. Certamente os aguadeiros produziram sonoridades para avisar que já se encontravam no espaço urbano. O que primeiro deveria ser feito quando a carga de água chegasse? Preparar o almoço, lavar a louça? Quem sabe não seria o corpo o primeiro a fazer uso dessas águas<sup>10</sup>. Levando em conta as descrições de Coelho Filho “[...] o banho era tomado em alguma fonte, como Tambiá ou Gravatá, ou em riachos próximos, onde também [se] lavava roupas” (COELHO FILHO, 1948: 64-65). Além das águas das fontes, os aguadeiros também as apanhavam em inúmeras cacimbas particulares, onde “a carga d’água composta de 4 pequenos barris, custava 80 réis [...] na cacimba e era vendida a domicílio a 200 réis [...]”

---

<sup>10</sup> Falamos isso em relação aquelas pessoas que não freqüentavam as fontes para fazer assepsia do corpo.

(COELHO FILHO, 1948). Quanto aos banhos, no início do século XX, estes eram vendidos nas cacimbas ao valor de dez réis ou eram tomados na bica de Tambiá, conforme deixa registrado o engenheiro militar João Claudino de Oliveira da Cruz:

*[...] [tem dias] que pela manhã não existe gota d'agua [fala em relação à fonte] [...] essa falta é devido aos banhos que tomam, crescendo a circunstância de muitas vezes abrirem as bicas e deixarem de fora os tacos de madeira que as fecham [...] O lugar onde se acham situadas as bicas é murado, e para chegar a elas, é necessário descer uma escada de cantaria de 2 ou 3 metros de altura. Como se vê, forma-se ao redor das bicas uma pequena praça, onde se reúnem os aguadeiros. Esta praça a todas as horas do dia e da noite está entregue ao povo que não só utiliza-se dela como casa de banho, como também ali satisfazem certas necessidades. Pelo que venho demonstrando a fonte do Tambiá não prima pelo asseio, pois se bem que a água seja de boa qualidade suas imediações não são respeitáveis, pelo que torna-se desagradável o ambiente do lugar onde ela está situada. É pena que ali não seja observado asseio e precisa decência. Se uma família desejar visitar aquele local vir-se-á obrigada a enviar adiante uma pessoa para observar a fonte e avisar as pessoas que ali se acharem da chegada da família [...]* (CRUZ, 1889:1-2).

Na visão de João Claudino a fonte de Tambiá era um espaço de sociabilidade entre aguadeiros, bem como um lugar representativo da promiscuidade, pois, devido sua distância em relação ao centro da urbs era um lugar propício aos encontros furtivos. Imaginemos quão rico não seria um inventário das sonoridades deste espaço. Conversas amistosas, brigas, murmúrios, passos, animais a relinchar, as árvores a balançar e a água a correr na bica. Atividade cheia de sonoridade esta. Mas, além das sonoridades e das diversas práticas de uso do espaço, os textos do engenheiro, no geral, procuram fazer um inventário das formas de abastecimento de água a capital com a intenção de justificar e eliminar, futuramente, possíveis resistências quanto ao serviço em rede, quando este fosse posto em funcionamento. Todavia, enquanto o intento não fosse alcançado o engenheiro tratou de elaborar um discurso que visava desqualificar não só as fontes como também os poços e cacimbas, pois

*essa água adquirida por elevados preços não oferece a menor confiança, porque quase toda é extraída de poços e cacimbas situadas em lugares diversos, onde não só em relação a constituição dos terrenos que formam o seu leito, como pela falta de cuidado de alguns de seus proprietários, não podemos por forma alguma preencher as condições exigidas as águas potáveis [...] direi que são elas impróprias para o fornecimento do líquido em questão [...] Procuremos portanto livrarmo-nos das cacimbas muito embora tenhamos que vencer a repugnância que muitos tem da introdução da canalização d'água na cidade.* (CRUZ, 1889:1-2)

A repugnância que nos fala João Claudino, se processava como uma certa aversão as “maquinarias do conforto”, sem dúvida este tipo de atitude veio daqueles que viviam do

comércio da água, já que canalizar significava ter água em abundância e na hora que quisesse, bastava abrir a torneira. As águas trazidas pelos aguadeiros obedeciam ao tempo da parcimônia, da pouca abundância e da descentralização do comércio da mesma, pois vários particulares viviam de sua vendagem. O que é emblemático na fala do engenheiro João Claudino, é que ele busca convencer a todos da existência de outra forma de abastecer o espaço citadino. Com o novo sistema a vida seria simplificada e, conseqüentemente, a civilização já idealizada por muitos se instalaria de vez no seio da capital. Com isso, percebe-se uma luta entre os velhos hábitos e costumes de se fazer o suprimento de água à cidade e a nova forma de se ter acesso à mesma. O novo sistema, de acordo com o discurso de João Claudino, levaria os habitantes da cidade da Parahyba do Norte a outro modo de vida, com hábitos, comportamentos e gestos remodelados para atender às exigências do que se arvorava como novo. Discursos como estes buscavam criar representações que impunha a necessidade de modernização das/nas formas de fornecimento de água à capital. Para isso, cabia impôr “[...] o alvorecer de mudanças de atitudes e sensibilidades com relação a determinadas práticas sociais que, acreditava-se, não mais satisfazer as demandas de uma elite que estava se tornando mais exigente e mais informada [...]” (CABRAL FILHO, 2007). Para muitos, principalmente os mais abastados, era de fundamental importância a obtenção das novas maneiras de se portar, tanto em relação ao corpo do homem quanto ao corpo da cidade. Dessa forma, entendia-se que qualquer cidade que se pretendesse moderna teria que primar pela higiene dos espaços, a qual seria obtida com o auxílio da água em abundância. Para tanto, fazia-se urgente a utilização de um novo sistema de abastecimento de água que suprisse a cidade de forma satisfatória e eficiente. Por este motivo intensifica-se os discursos em prol de um sistema de rede, o qual na cidade da Parahyba do Norte começou a ser implantado entre 1909 e 1910.

O projeto do engenheiro Miguel Raposo, inaugurado em 1912 logo demonstrou problemas na composição da água. Por este motivo Arthur Achilles enviou uma carta ao governador, a qual foi publicada em 17 janeiro de 1913, trazendo denúncias sobre a má potabilidade da água e os riscos que ela poderia causar a saúde, já que estava chegando as residências com alterações na cor e no sabor. O que era inconcebível, pois era do conhecimento de todos que as propriedades organolépticas<sup>11</sup> da água não poderiam ser alteradas. Por este motivo, iniciou-se naquele período uma discussão entre médicos e engenheiros quanto à potabilidade da água que era dada a consumo na Capital. Depois de

---

<sup>11</sup> As propriedades organolépticas estão relacionadas com os sentidos, ou seja, paladar, olfato, visão.

muitas discussões e análises constataram que as águas estavam atacando a tubulação de ferro, produzindo assim a ferrugem. Contudo, as providências necessárias para solucionar o problema demoraram certo tempo, tanto é assim que o jornalista Arthur Achilles<sup>12</sup> envia nova carta ao governador. Em abril de 1913 o jornalista renova o pedido de providências para a melhoria do abastecimento. Mas, paralelo a questão da água, o governador Castro Pinto convida o engenheiro Saturnino de Brito para elaborar o projeto de esgotamento sanitário na cidade da Parahyba do Norte. A chegada de Brito à capital coincide com o momento em que as discussões e as divergências sobre o abastecimento de água, entre médicos e engenheiros, encontravam-se acaloradas. E, por ser um engenheiro de renome tanto no Brasil como no exterior, foi logo chamado a opinar sobre o problema do abastecimento. Sobre o fato, dizia Brito, que a discussão não tinha razão de ser, pois o problema era solucionável. Por este motivo, reuniu algumas amostras da água consumida pela população paraibana e levou ao Recife para ser analisada pelo bacteriologista Octávio de Freitas.

Além do problema de decomposição da água, Saturnino de Brito detectou que o consumo da mesma na cidade da Parahyba do Norte em 1913 era deficiente e insuficiente, pois apenas 300 a 400 m<sup>3</sup> - respectivamente 300.000 a 400.000 litros por mês para toda cidade – eram dados ao consumo da urbs e, segundo Brito, os 11 poços existentes poderiam “[...] dar mais de 5.000 m<sup>3</sup> diários”. Com base nos cálculos de Saturnino de Brito para 1913, “[...] a população atual, admitindo a base de 7 habitantes por prédio e sendo 3.000 o número de prédios, é de 21.000 habitantes. A 200 litros diários por habitantes, para serviços públicos e privados, o volume de água disponível deverá ser 4.200 metros cúbicos” (BRITO, 1943:295). Esta estimativa tinha como referência 3 mil derivações residenciais, porém, o número de casas abastecidas por encanamento perfazia, até aquele momento, apenas 1.600 derivações. Logo, podemos perceber que o engenheiro optou pela adoção de uma margem de consumo que previa um crescimento na procura pelo novo sistema. Como, aliás, é característica dos trabalhos de positivistas como Brito, que tem o pensamento com vistas a uma superação, ou seja, idealiza o crescimento e o progresso da cidade. Não sendo o bastante, o mesmo ainda faz mais duas estimativas, uma para quando a cidade alcançasse 32 mil e outra para quando contasse 50 mil habitantes.

Para tanto, o abastecimento projetado por Saturnino de Brito levou em consideração a rede antiga de tubulações que na zona alta tinha 8,5 km e na zona Baixa 8 km de extensão.

---

<sup>12</sup> A celeuma de 1913, entre médicos e engenheiros da cidade da Parahyba do Norte, teve início quando o jornalista Achilles, no mês de janeiro, enviou uma carta ao governador pedindo providências em relação a água que supria a cidade, a qual, segundo o mesmo, encontrava-se deteriorada.

Seguindo-se a isso, houve uma expansão de, respectivamente, 6,5 e 16,5 Km. Nos 13 anos de vida da antiga canalização, poucos reparos foram feitos, estando a mesma em 1924 sem perspectiva de durabilidade. No intervalo de tempo entre o primeiro projeto de Saturnino de Brito, que previa a expansão da rede existente, e sua execução da década de 1920 a antiga tubulação passou apenas por uma manutenção, a qual foi feita em 1917 sob a responsabilidade do engenheiro Raphael Holanda. Os anos em que a rede de abastecimento não se alargou e teve poucos reparos corresponde com o período de seca, crise do algodão e a Primeira Guerra Mundial. Este último episódio, provocou “[...] dificuldades financeiras, em quase todos os países [...]” o mercado restringiu a produção de alguns produtos e, conseqüentemente, elevou o preço dos materiais. Por este motivo, optou-se por adiar a substituição dos canos Manesmann – de fabricação alemã – os quais haviam sido utilizados pelo engenheiro Miguel Raposo no primeiro projeto e que, em 1913, estavam sendo atacados pela água devido a baixa qualidade do revestimento interno. Assim, chegamos ao fim desta exposição, a qual faz um inventário das formas de abastecimentos de água à capital paraibana com o intuito de torná-la *civilizada* por meio da limpeza dos espaços e dos corpos. Todo isso impulsionado pelo desejo de novas sensibilidades e a preservação da saúde.

### **Bibliografia:**

- ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. *Espaços públicos em João Pessoa (1889-1940): formas, usos e nomes*. 2006. 191f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006.
- BARRETO, Neila Maria Souza. *Água de beber no espaço de Cuiabá: (1790 – 1886)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2007.
- BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento da Paraíba do Norte. In *Obras completas*. Tomo V, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- CRUZ, João Claudino de Oliveira. Melhoramentos da Capital Parahyba. *Gazeta da Parahyba*, Parahyba do Norte, 11 jan. 1889, p. 2-3.
- CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. São Paulo: Ed. Estampa, 1998.
- \_\_\_\_\_. O ar e a ameaça pútrida. In: *Saberes e Odores: o olfato e o imaginário nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Variola, vacina e “vacinophobia”*. In: *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 169.
- COELHO FILHO, João Luiz dos Santos. *Respingando a história: o abastecimento d’água da capital*. In: *Revista IHGP*, vol. 11, João Pessoa, 1948.
- CABRAL FILHO, Severino. Água: desejo, promessa e espetáculo. In: *A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930 – 1950)*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- MARTINS, Roberto de Andrade. *Miasmas ou microorganismos?*. In: *Contágio: a história da preservação das doenças*. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/contagio/contagio-26.php> . Acesso em 05 de junho de 2008.

ROCHE, Daniel. A água e sua utilização. In: *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do séc. XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 183-222.

SETTE, Mário. Tigres e Cambrones. In: *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Casa do Estudante, s/d. (primeira edição é de 1948).